

Queimadas: Governo paga a conta do Congresso

CRISE CLIMÁTICA



Presidente em dois tempos: nesta semana, com ribeirinhos da Amazônia, observa o leito seco do igarapé...



...em contraste com a tragédia da enchente no RJ, quando estava cercado de políticos e do governador gaúcho

Brasil arde e Congresso deixa crise para Lula

Enquanto o governo se desdobra para ajudar estados e municípios no combate aos incêndios, parlamentares ignoram a tragédia

• JULIA PORTELA

Desde o início do inverno, o Brasil enfrenta um problema de proporções catastróficas: a onda de incêndios que se espalha por praticamente todo o território do país. A destruição do meio ambiente provocada pelas queimadas levou parte dos Poderes da República a se mobilizar. O ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino emitiu seguidas decisões com pedidos de explicações e de providências. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, disponibiliza recursos, crédito, equipamentos e homens para ajudar estados e municípios no combate às chamas. E o Congresso Nacional?

Mesmo entre os próprios parlamentares, há muitos questionamentos sobre a contribuição do Legislativo no enfrentamento da "pandemia de incêndios", como definiu Flávio Dino. Não há registro, por exemplo, da presença de autoridades da Câmara dos Deputados e do Senado onde a crise climática está mais aguda. Diferentemente da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, quando o presidente Lula visitou o estado acompanhado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os incêndios que provocam terror na população atingida e deixa perplexos os moradores das cidades afetadas pela extensa nuvem de fumaça não sensibilizaram as autoridades do Legislativo. O noticiário referente ao Congresso — incluindo o esforço concentrado da semana passada — está restrito às articulações para a sucessão de Lira, na Câmara.

O distanciamento do Congresso em relação à crise climática se traduz em números. O Brasil teve 68,3 mil focos de queimadas em agosto deste ano, um crescimento de 144% em relação ao mesmo período de 2023, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). É a seca mais severa já registrada. Parlamentares, no entanto, destinaram apenas R\$ 236 mil dos R\$ 21 bilhões empenhados em demandas individuais, neste ano, para Ações de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais prioritárias. O dado é do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Sisop). O deputado federal Amom

Mandel (Cidadania-AM) foi o único que enviou algum dinheiro para o combate aos incêndios: R\$ 191,4 mil em emendas do parlamentar foram para a conta do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo), programa de combate a incêndios do Ibama. "Há uma culpa de todos, porque esse tipo de assunto só se torna pauta nacional e toma conta dos noticiários quando chega no Sudeste ou quando é realmente uma calamidade pública", disse Mandel ao Correio.

Os deputados federais José Guimarães (PT-CE) e Leo Prates (PDT-BA) também apresentaram emendas parlamentares, mas os valores não foram usados para combate direto do fogo. Os R\$ 45 mil empenhados por Guimarães, que é líder do governo na Câmara, foram para a reforma de um prédio do Ibama em Quixeramobim (CE). Prates, que pretendia usar o dinheiro para a compra de carros de combate a incêndios, não teve recursos empenhados.

Orçamento

O descuido com as queimadas não vem de agora. Dados enviados pelo Ministério do Meio Ambiente à reportagem mostram que o governo federal havia previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (Ploa) R\$ 398 milhões para combate a incêndios. O Congresso, no entanto,

O Congresso tem as digitais em todos esses absurdos ambientais que acontecem no Brasil e continua acelerando esse processo de destruição. Aprova leis que sinalizam para os criminosos que eles têm espaço ali dentro, que basta esperar pelo momento certo que a impunidade prevalecerá'

Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima

aprovou uma redução de R\$ 40 milhões. Com o incremento de créditos extraordinários, o Orçamento chegou a R\$ 501,6 milhões em 2023.

ICMbio e Ibama

Os cortes atingiram principalmente o Instituto Chico Mendes (ICMbio), que deixou de receber R\$ 36 milhões após os rearranjos do Congresso. "Na época, eu lutei para que isso não ocorresse, justamente porque todos os especialistas e o próprio Ibama já sabiam que os eventos climáticos seriam piores neste ano. O que estamos vendo, hoje, é algo anunciado, mas as pessoas ainda não entenderam que a questão climática é uma emergência, não tem como ignorar. O que acontece no Congresso é a recorrente negligência com o tema", queixou-se Mandel.

A professora do Departamento

de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) Isabel Schmidt apontou que cabe à Câmara e ao Senado criar e aprovar leis com sanções mais pesadas a quem provoca desmatamento ilegal e incendeia a mata. "Mas isso tem que vir associado ao aumento de dotação orçamentária para os órgãos ambientais e de fiscalização, senão são medidas inócuas", ressaltou a acadêmica.

PL da destruição

Desde o início de 2024, já foram registrados quase de 180 mil focos de incêndio em todo o país, um aumento superior a 110% em relação ao ano passado, segundo o Inpe. O secretário executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, aponta o Congresso como um dos responsáveis pela tendência de "abrandar a legislação para todo e qualquer crime ambiental". Para ele, "a impunidade tem muito a ver com a legislação aprovada". "O Congresso brasileiro é uma máquina de destruir o meio ambiente", disse o especialista.

Em 14 de agosto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o Projeto de Lei 2168/2024, que altera o Código Florestal Brasileiro e permite obras em áreas de preservação permanente (APP). O texto autoriza o desmatamento nas APP para instalação de infraestrutura de irrigação. Além de abrir caminho para o desmate da vegetação nativa, o PL cria um cenário propício para agravar a escassez hídrica em várias regiões.

O projeto foi apresentado pelo ex-deputado José Mário

Schreiner. Sem conseguir se reeleger em 2022, ele se descreve como produtor rural, e ocupa os cargos de presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeq), vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-GO.

"A sensação que a gente tem é que o Congresso olha para as queimadas e para as enchentes no Rio Grande do Sul e diz: 'eu acho que é pouco, tem que queimar mais, inundar mais, tem que morrer mais gente e mais animais'", argumenta Astrini. Segundo ele, a Casa "deveria estar votando projetos para aumentar a punição de quem destrói o meio ambiente", mas "está dando anistia para essa gente".

Outro PL que altera o Código Florestal é o de nº 3334. Se aprovado, a Amazônia poderá perder uma área maior que o território do Uruguai, que tem 17,6 milhões de hectares. A proposta reduz o tamanho da reserva legal das fazendas, ampliando a área em que é permitido desmatar para abrir pastos e lavouras.

O projeto, apresentado pelo senador Jaime Bagatoli (PL-RJ), reduz de 80% para 50% a área de reserva legal na Amazônia, o que pode aumentar as emissões de carbono na atmosfera. O texto é alvo de muitas críticas de ambientalistas e organizações que atuam na área.

"O Congresso tem as digitais em todos esses absurdos ambientais que acontecem no Brasil e continua acelerando esse processo de destruição. Aprova leis que sinalizam para os criminosos que eles têm espaço ali dentro, que basta esperar pelo momento certo que a impunidade prevalecerá", comentou Márcio Astrini.

Os projetos propostos contrariam os objetivos do governo em colocar o Brasil na posição de liderança frente às mudanças climáticas. Pela primeira vez, o país sediará uma reunião de cúpula do G20, em novembro deste ano, no Rio de Janeiro, e o tema será a principal pauta. No ano que vem, vai ser a vez de Belém receber a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 — COP30.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), defende uma investigação rigorosa das causas dos incêndios, por considerar a ação criminosa coordenada como uma das principais suspeitas.

Rio fecha parques naturais por causa dos incêndios

O governo estadual do Rio de Janeiro determinou, ontem, o fechamento temporário de todos os parques de conservação devido ao risco de incêndios. Todas as equipes de guardas-parque estão envolvidas no combate às queimadas. Segundo o Corpo de Bombeiros, foram apagados mais de 330 focos em todo o estado, apenas na última sexta-feira. Na manhã de ontem, ainda havia mais de 20 ocorrências em andamento. Cerca de 15 parques registraram pontos de fogo, entre eles, a Reserva do Tingüá, em Nova Iguaçu (foto). Nos próximos dias, uma frente fria muda o cenário de extrema seca e calor que atinge quase todo país. A MetSul Meteorologia informa que uma frente fria avança, entre hoje e amanhã, para São Paulo e Rio de Janeiro, e baixa as temperaturas. Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul começaram a sentir os efeitos desse sistema ontem. Ao longo da próxima semana, as chuvas avançam, também, pelo Centro-Oeste e pelo Sudeste.



**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2